



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9837 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

MANIFESTA: NOTAS PARA UMA EDUCAÇÃO SEM JUÍZO

Késia dos Anjos Rocha - UFS - Universidade Federal de Sergipe

Alfrancio Ferreira Dias - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE)

MANIFESTA: NOTAS PARA UMA EDUCAÇÃO SEM JUÍZO

Resumo: Este breve ensaio se apresenta como um mini manifesto em defesa de uma educação sem juízo. Ou uma *ManiFesta*. É um ensaio. Ensaio para (não se sabe onde). Nos permitimos perceber a cena dos artivismos das dissidências sexuais e de gênero e relacioná-la com o campo da educação e suas práticas de permanências e resistências. Neste ensaio, a artista Jup do Bairro cruza caminhos com a poética da escritora Conceição Evaristo e, juntas, nos auxiliam a pensar em estratégias de vida, de pensar mundos, de pensar a educação.

Palavras-chave: Artivismos; Dissidências Sexuais e de Gênero; Educação.

1. Úteros

Não costuma haver festa sem ensaio. A gente ensaia para as grandes ocasiões desde o antes da barriga das mães. Para aquelas que têm uma posição social no possível do dinheiro, os ensaios para as festas têm início desde o ventre. O útero fica em festa. Lá fora, as famílias decoram seus quintais, salas, salões, quartinhos. Elas “brincam” de adivinhar. Elas “brincam” de juízas atribuindo e tentando designar caminhos para sujeitos ainda habitantes do quentinho dos úteros. Úteros multicolores. Úteros racializados. Úteros que nem sempre são ancorados por corpos em situação de afeto e segurança. É isso. Às vezes habitam um útero em risco. Ameaçado. Em recusa. Um útero destituído de direitos. Na corda bamba. Em fuga. Ofegantes que somos na luta pela sobrevivência. O presente texto, ao se apresentar como ensaio, caminha no mesmo sentido. É um ensaio para uma *ManiFesta*. Ensaio que é prévia das reflexões de uma tese de doutorado em Educação, mas, sobretudo, é um escrito que convida a pensar o campo da educação e suas possíveis insurgências estranhas, queer, (des)educadoras.

Nos debates e disputas sobre as dissidências de gênero e sexualidades no contexto brasileiro, o útero vem aparecendo como órgão central dos embates. Ele é multidisciplinar. Aparece nas passarelas do Planalto, nas reuniões do Senado, nas reuniões pedagógicas, nas salas de artes, museus, redes sociais, até nas tretas dos grupos de família. Ele está presente até

nos parquinhos das instituições de educação da primeira infância. Como nos provoca Preciado (2020, p.98): “Cavidade potencialmente gestacional, o útero não é um órgão privado, mas um espaço biopolítico de exceção, ao qual não se aplicam as normas que regulam o resto das cavidades anatômicas”, o autor sugere que “(...) como um espaço de exceção, o útero se parece mais com um campo de refugiados ou com uma prisão do que com o fígado ou o pulmão” (PRECIADO, 2020, p.98). Como um campo de refugiados ou uma prisão, ele se apresenta governado pelo Estado e pelos interesses econômicos, religiosos, etc. Se seu corpo hospeda um útero, ele está sujeito às leis que regulam esse órgão de exceção. Questionar essas leis, implica afrontar a estrutura social, política e econômica que alicerça a sociedade cisheteropatriarcal e colonial.

Afrontar. Esse é um verbo interessante para pensarmos nas movimentações do campo das políticas públicas e educacionais no contexto brasileiro. É verbo que também contribui para nosso ensaio de relacionar as artes ativistas com a educação. No limite dos afrontamentos, algumas artistas, vêm questionando o regime da diferença sexual sob o qual nós, enquanto sociedade, assentamos nossas existências. Como aponta Preciado (2020b), o regime da diferença sexual é um regime epistêmico e político, ele é patriarco-hetero-colonial, é binário, é reprodutivo. O regime da diferença sexual impõe suas normas, suas jaulas sexuais e de gênero, códigos sociais que buscam assegurar seu conforto ontológico, como bem sugere Mombaça (2021).

Retomando um pouco a discussão inicial a respeito do útero como órgão de exceção e conectando a mesma como o campo das políticas educacionais, poderíamos arriscar dizer, como o fizeram alguns autores e autoras (JUNQUEIRA, 2018; CORRÊA, PATERNOTTE, KUHAR, 2018), que falamos de políticas uterinas. Ele é órgão central. A igreja, o Estado, as pessoas, as instituições se unem para defender o direito de fincar bandeiras em seu solo (PRECIADO, 2020b). Cada qual a seu modo, segue buscando um pedacinho desse chão viscoso, tão poderoso. Conectam o órgão a princípios que alegam ser fundamentais na garantia e proteção do que denominam família. Trazem para esse solo viscoso as crianças, supostos seres sob ameaça que, no desamparo em que viveriam, exigiriam da sociedade e do Estado, medidas de proteção. Desta maneira, nos últimos anos, acompanhamos um recrudescimento das políticas educacionais de promoção e reconhecimento das diferenças. Falar sobre gênero, sobre sexualidades, sobre direitos sexuais e reprodutivos, foi convertido em campo ideológico que precisaria ser combatido pela sociedade e pessoas de bem (JUNQUEIRA, 2018; BALIEIRO, 2018).

Falamos especificamente de atos de censuras aos currículos escolares, sobre as censuras às menções de gênero, sexualidades, dentre outras terminologias importantes na luta pela ampliação de direitos. Miskolci (2018) fala de um pânico moral que começou a aparecer de maneira mais recorrente a partir de 2011, ano em que as uniões entre pessoas do mesmo sexo foram reconhecidas no país. Esse pânico moral foi motivador da criação de projetos de leis que propunham a criminalização de práticas e pessoas que abordassem gênero nos espaços formais de educação. A partir daí, tivemos uma série de episódios que marcam essa corrida antigênero. Essa corrida atingiu diretamente as políticas educacionais, quando da aprovação do Plano Nacional de Educação em 2017, momento em que as menções à gênero foram retiradas do documento. Além disso os planos municipais e estaduais também sofreram edições e muitos retiraram toda e qualquer sugestão ou indicação de abordagem das questões de gênero e sexualidades. Dessa maneira, o campo da educação, longe de ser um território de consensos e estabilidades, tem sido mais um espaço de disputas, fissuras e tensões (VIANNA, BORTOLINI, 2020).

2. Por uma educação sem juízo: Jup do Bairro encontra Conceição Evaristo

Nossas festas são também atravessadas pelo luto. Luto que é pranto. Luto que é verbo. Luto que é luta. Luto que manifesta. *“Minha filha continua me escrevendo, me afirmou que vai voltar, que vem me ver por esses dias. Pediu-me perdão dizendo que havia transformado seu corpo em outro corpo e que eu teria dificuldade de reconhecê-la”* (EVARISTO, 2018, p.38); a mãe conta sua história e a narrativa muito se assemelha a de várias outras que ouvimos, vemos, sabemos, tapamos ouvidos. A mãe responde à filha que não há problemas nisso, o corpo era dela. A mãe responde que, independentemente de qualquer coisa *“o meu coração estaria sempre do lado dela, qualquer que fosse a forma que esse corpo tivesse”* (EVARISTO, 2018, p.38). O corpo está no chão, é uma mulher jovem, tem tranças nos cabelos, parece trazer à memória da mulher-mãe algo de familiar. *“Essa silhueta não me é estranha (...) quem será essa mulher?”*, *“Alguém sussurra ao lado que foi crime de homofobia”*. A mulher-mãe pensa imediatamente na filha, ela espera a visita da filha por esses dias, com ansiedade. Ela avista um pequeno detalhe ao lado do corpo. Uma bolsa, bolsa igual a sua, algo que ela teria dado à filha sem que o pai soubesse. Lembrou do filho, que era filha. Coração acelerado. *“Dá licença, dá licença (...) Vejo-me empurrando todos. Dá licença (...)”*, *“Conheço esse corpo, saiu de mim (...) essa é minha menina! Tenho dor. Meu peito explode. Quem matou minha menina? O pai? Eu? Vocês?”* (EVARISTO, 2018, p.39).

Os fragmentos acima são do conto *“Do lado do corpo, um coração caído”*, de Conceição Evaristo (2018). Parte do texto abre introdução para a música *“Corpo sem Juízo”* da multiartista Jup do Bairro. A artista compõe o que estamos chamando de cena dos artivismos das dissidências sexuais e de gênero (COLLING, 2019). Compreendemos por artivismos, aquelas produções artísticas que, explicitamente, apresentam um engajamento político que questiona as desigualdades e violências produzidas pela norma hegemônica, aquelas cuja “[...] natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência” (RAPOSO, 2015, p. 5).

Jup do Bairro (2019) utiliza seu corpo como tela, como cenário para a materialização de sua obra, de sua arte^[1]. *“Um corpo sem juízo, que não quer saber do paraíso, mas sabe que mudar o destino é o seu compromisso”* diz a letra da música que compôs aos treze anos de idade. Naquela época, seu corpo, um corpo afeminado, um corpo que já se via existindo fora da jaula da heteronormatividade, era confrontado pela sociedade sobre ser um corpo sem juízo. *“Toma juízo menino”*, diziam a ela. No entanto, para ela, seu corpo só poderia ser na medida em que entrava em atrito com as normas, seu corpo ia se convertendo e se transformando num ciborgue de várias existências acopladas. No atrito com as normas de gênero, seu corpo travesti se materializava. Ela abria brechas para a criação e ampliação de imaginários. Está aí a potencialidade revolucionária das artes. Criar atritos. Afrontar. A canção *“O corre”* traz fragmentos da vida escolar da artista:

Na escola, pensei que era o meu momento/ Mas foi só Dó, Ré, Mi, Fá só o lamento/ Eu era CDF, sentava lá na frente/ Era bichinha e era crente, se entende? /Mas já cancelava toda a situação/Se eu moscasse ia me fuder na mão dos leke ou da direção (...). Esse foi meu corre/ O que não me matou, me deixou mais forte/ Hoje eu sou o corre/ Depois de dois ou três reais faço meu malote (BAIRRO, 2019).

Se, como sugere Preciado (2020b), estamos sempre habitando algum tipo de jaula formatadora de nossas subjetividades, e pensemos na escola apenas como mais de uma dessas jaulas, talvez precisemos pensar em estratégias para mantermos as portas das jaulas sempre

entreabertas. Atualmente Preciado se diz habitando a jaula de um homem trans, ontem habitou a de uma mulher, e assim vamos vivendo nossos processos migratórios das subjetividades. Somos/estamos muita coisa. Habitamos muitas casas. Poderíamos imaginar a instituição escola como um complexo de jaulas, nela veríamos jaulas mulheres, jaulas homens, jaulas sapatonas, jaulas viadas, jaulas assexuais, jaula incógnitas. O sistema, prevendo que cada jaulinha deve se manter em seu posto, fechadinha, a espera do alimento e de um ou outro visitante que, do lado de fora lhe acene, sorria ou lhe jogue uma banana. No contexto de cada jaula desempenhamos nossos papéis, vivenciamos nossas guerras, tecemos nossos ímpetos de resistência, esboçamos esperanças ou, como disse Jup do Bairro (2019), “o que não me matou, me deixou mais forte”.

O corpo sem juízo de Jup do Bairro encontra a narrativa de Evaristo. Ele corre. Ele faz seu corre. Ele rouba o tempo para poder ser. Mombaça (2021, p.17), em seu livro recém-publicado no Brasil, apresenta suas palavras como sendo uma barricada. Uma “barricada” instaurada no intuito de “roubar o tempo”, algo que se dá num percurso de tempo não sem espinhos, liso, reto, mas “armadilhado”, esburacado. Roubar e não ganhar tempo é o ponto. Jup do Bairro faz barricada com sua poética. Diferente da cena do conto de Evaristo, suas palavras explodem, sem controle, desordenadas, como pedacinhos de vidro em quebra. Cacos soltos. Como diz Mombaça (2021, p.28) “(...) uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos”. É nessa quebra, nesse espalhamento de pedaços que a arte amplia imaginários, que ela (des)educa.

Uma educação sem juízo seria aquela que busca “desmontar o imperativo do ser” (MOMBAÇA, 2021, p.60), aquela que causa desconforto ontológico. A pergunta central do livro de Mombaça é “como desfazer o que que tornam?”, essa talvez seja uma questão que atravessa a poética de Evaristo e de Jup do Bairro. Sem tanta certeza, apenas como palpito, ousaríamos dizer que essa pergunta também pode atravessar as inquietações da filosofia de Paul Preciado. O pensamento queer, em alguma medida, parte desse questionamento. De acordo com Mombaça (2021, p. 23) é “(...) na multidão de estilhaços que se produz a possibilidade de um outro modo de existência em conjunto”. Essa educação sem juízo prevê a existência da guerra, já estamos no conflito, às vezes é necessário fazermos a guerra, mas importante também é não a amar incondicionalmente. É possível aprender com as cenas dos ativismos dissidentes de gênero e sexualidades estratégias de autodefesa, nas palavras de Mombaça (2021, p.80) “É também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas. É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção”.

Referências

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53. 2018.

<https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>

BAIRRO, J. Corpo sem juízo. In: BAIRRO, J. *Corpo sem juízo*, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6il3RlZS1gM>. Acesso: 10 jun. 2021.

COLLING, L. A emergência e algumas características da cena artista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: COLLING, Leandro (Org.). **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2019.

CORRÊA, S; PATERNOTTE, D; KUHAR, R. A globalização das campanhas anti-gênero. 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao-das-campanhas-anti->

[genero/8513](#). Acesso em 10 abr. 2021.

EVARISTO, C. Ao lado do corpo um coração caído. In: CRAVEIRO, Beatriz L. et al. (Org.). **Livre**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018, p. 33-39.

JUNQUEIRA, R. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v.18, n. 43, p. 449-502. 2018.

Miskolci, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ideologia de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, não paginado, 2018.

<https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobobó, 2021.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução: Sara Wagner York. Revisão da Tradução: Carolina Torres. **Revista A Palavra Solta**. Nov. 2020b. Disponível em: <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>. Acesso em: 07 jun. 2021.

RAPOSO, P. "Artivismos": articulando dissidências, criando insurgências. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.909>

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46. 2020.

<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221756>

[1] Ver entrevista: Jup do Bairro fala sobre seu primeiro EP solo, “Corpo sem Juízo”/Entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P7E7Ydu3WXw>.